



Ministério da Integração Nacional

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHOS DO MINISTRO  
Em 12 de março de 2015

Nº 11 - Processo Administrativo Apuratório nº 59003.000058/2010-56. INTERESSADOS: AGROINDUSTRIAL URUARÁ S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.432.866/0001-05 e o Ministério da Integração Nacional - Departamento Financeiro e de Recuperação de Projetos - DFRP. ASSUNTO: Recurso Administrativo com fulcro no art. 56 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999. DECISÃO: Não conheço do recurso administrativo interposto pela Beneficiária, em razão da sua intempestividade, de forma a manter inalterada a decisão substanciada por meio do Despacho nº 996, de 4 de dezembro de 2012, em observância ao disposto nos arts. 59, 63 e 66 da Lei nº 9784/99.

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 38, DE 12 DE MARÇO DE 2015

Reconhece situação de emergência por procedimento sumário em municípios do Estado de Pernambuco.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, com base no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, Art. 7º, § 3º, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, e

Considerando o Decreto nº 41.473, de 06 de fevereiro de 2015, do Estado de Pernambuco, Considerando ainda as demais informações constantes no processo nº 59050.000165/2015-23, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em decorrência de estiagem, COBRADE: 1.4.1.1.0, a situação de emergência por procedimento sumário nos municípios listados na tabela.

Nº	Município
1	Agrestina
2	Águas Belas
3	Alagoinha
4	Altinho
5	Angelim
6	Belo Jardim
7	Bezerros
8	Bom Conselho
9	Bom Jardim
10	Bonito
11	Brejão
12	Brejo da Madre de Deus
13	Buíque
14	Cachoeirinha
15	Caetés
16	Calçado
17	Camocim de São Félix
18	Canhotinho
19	Capoeiras
20	Caruaru
21	Casinhas
22	Correntes
23	Cumaru
24	Cupira
25	Feira Nova
26	Frei Miguelinho
27	Garanhuns
28	Gravatá
29	Iati
30	Ibirajuba
31	Itaíba
32	Jataúba
33	João Alfredo
34	Jucati
35	Jupi
36	Jurema
37	Lagoa do Ouro
38	Lagoa dos Gatos
39	Lajedo
40	Limoeiro
41	Machados
42	Orobó
43	Palmeirina
44	Panelas
45	Paranatama
46	Passira
47	Pedra
48	Pesqueira
49	Poção
50	Riacho das Almas
51	Sairé
52	Salgadinho
53	Saloá
54	Sanharó
55	Santa Cruz do Capibaribe
56	Santa Maria do Cambucá
57	São Bento do Una
58	São Caitano
59	São João
60	São Joaquim do Monte
61	São Vicente Ferrer
62	Surubim
63	Tacaimbó
64	Taquaritinga do Norte
65	Terezinha
66	Toritama

Nº 12 - Processo Administrativo Apuratório nº 59600.000022/2012-03. INTERESSADOS: AGROPECUÁRIA MUSAMAR S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 79.764.619/0001-22 e Ministério da Integração Nacional - Departamento Financeiro e de Recuperação de Projetos - DFRP. ASSUNTO: Recurso Administrativo com fulcro no art. 56 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999. DECISÃO: Conheço do recurso administrativo interposto pela Beneficiária, vez que tempestivo, mas, no mérito, julgo-lhe improcedente, mantendo in totum a decisão exarada por meio do Despacho nº 278, de 29 de maio de 2014, ex vi do Parecer nº 157, de 12 de setembro de 2014, da Coordenação-Geral de Instrução de Processos - CGIP, do Despacho nº 473, de 16 de setembro de 2014, do Departamento Financeiro e de Recuperação de Projetos - DFRP, bem como do Parecer Conjor/MI nº 290, datado de 14 de outubro de 2014.

Nº 13 - Processo Administrativo Apuratório nº 28110.35.135/82-DV. INTERESSADOS: CARBOMIL QUÍMICA S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.645.062/0001-08 e o Ministério da Integração Nacional - Departamento Financeiro e de Recuperação de Projetos - DFRP. ASSUNTO: Recurso Administrativo com fulcro no art. 56 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999. DECISÃO: Não conheço do recurso interposto pela Beneficiária, vez que não presentes os pressupostos de admissibilidade, ex vi Parecer nº 210/CGIP/DFRP/SFRI/MI, de 3 de dezembro de 2014, do Despacho nº 611/DFRP/SFRI/MI, de 5 de dezembro de 2014, bem como do Parecer nº 00388/2014/CGMA/CONJUR-MIN/CGU/AGU, de 11 de dezembro de 2014.

GILBERTO OCCHI

67	Tupanatinga
68	Vertente do Lério
69	Vertentes
70	Venturosa

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADRIANO PEREIRA JÚNIOR

PORTARIA Nº 39, DE 12 DE MARÇO DE 2015

Reconhece situação de emergência em municípios.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, resolve:

Art. 1º Reconhecer a situação de emergência nas áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme informações constantes na tabela.

UF	Município	Desastre	Decreto	Data	Processo
AM	Canutama	Inundações - 1.2.1.0.0	04/2015	20/02/15	59050.000275/2015-95
BA	Carinhanha	Estiagem - 1.4.1.1.0	008/2015	03/02/15	59050.000210/2015-40
ES	Vargem Alta	Estiagem - 1.4.1.1.0	2967	06/02/15	59050.000204/2015-92
MG	Francisco Badaró	Seca - 1.4.1.2.0	145	14/01/15	59050.000171/2015-81
MG	Porteirinha	Estiagem - 1.4.1.1.0	1101	13/02/15	59050.000245/2015-89
RS	Liberato Salzano	Enxurradas - 1.2.2.0.0	001/2015	02/01/15	59050.000020/2015-22

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADRIANO PEREIRA JÚNIOR

PORTARIA Nº 40, DE 12 DE MARÇO DE 2015

Reconhece situação de emergência por procedimento sumário em municípios do Estado do Piauí

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, com base no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, Art. 7º, § 3º, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, e

Considerando o Decreto nº 15.813, de 19 de novembro de 2014, do Estado do Piauí, Considerando informações técnicas geradas pelo Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais - CEMADEN, que leva em conta dados hidrometeorológicos de órgãos federais e estaduais,

Considerando ainda as demais informações constantes no processo nº 59050.001633/2014-04, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em decorrência de estiagem, COBRADE: 1.4.1.1.0, a situação de emergência por procedimento sumário nos municípios listados na tabela.

Nº	Município
1	Acauã
2	Agricolândia
3	Água Branca
4	Alagoinha do Piauí
5	Alegrete do Piauí
6	Alto Longá
7	Altos
8	Alvorada do Gurguéia
9	Amarante
10	Angical do Piauí
11	Anísio de Abreu
12	Aroazes
13	Aroeiras do Itaim
14	Arraial
15	Assunção do Piauí
16	Avelino Lopes
17	Baixa Grande do Ribeiro
18	Barra D'Alcântara
19	Barras
20	Barro Duro
21	Batalha
22	Bela Vista do Piauí
23	Belém do Piauí
24	Benedictinos
25	Bertolínia
26	Betânia do Piauí
27	Bocaina
28	Bom Jesus
29	Bom Princípio do Piauí
30	Bonfim do Piauí
31	Brasileira